

CAMPOS E CIDADES NA CAPITAL PAULISTA: SÃO PAULO NO FINAL DO SÉCULO XIX E NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX*

*Francis Marcio Alves Manzoni***

RESUMO: Neste trabalho procuro mapear os espaços ocupados por imigrantes e trabalhadores nacionais pobres ligados ao abastecimento alimentício da cidade de São Paulo, entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do XX, analisando onde viviam e como produziam e comercializavam alimentos. Ao mesmo tempo, acompanha parte das remodelações de algumas áreas da cidade e o progressivo afastamento das áreas de cultivo.
PALAVRAS-CHAVE: Trabalhadores. Cidade. Comércio. São Paulo. História.

ABSTRACT: In this paper, I aim to identify the spaces occupied by immigrants and Brazilian poor workers into the food supply chain in São Paulo city, between last decades of XIX and first decades of XX, analyzing where they used to live and how they produced and commercialized food. At the same time, this paper follows part of the restructuration process of some areas in the city and the progressive changes which moved cultivation fields apart.

KEYWORDS: street workers. City. Commerce. São Paulo. History.

** Graduado em História e Mestre em História Social pela UNESP/Assis. E-mail: francishistor@yahoo.com.br

Neste trabalho procuro analisar algumas dimensões da experiência de imigrantes e nacionais pobres — roceiros, caipiras, negros —, envolvidos na produção e no comércio de alimentos na cidade de São Paulo, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Conhecidos na época como “caipiras”, os lavradores, carroceiros, carregadores, vendedores ambulantes, tropeiros e comerciantes de todo o tipo participavam ativamente do suprimento de gêneros de primeira necessidade. Buscando dar visibilidade à presença dessa população na cidade, procurei identificar seus territórios de moradia e trabalho, acompanhando os deslocamentos das suas áreas de cultivo e criação, delineando alguns caminhos que ligavam a capital à regiões produtoras em seu entorno, e investigando a estrutura de apoio formada por ranchos e pousos utilizadas por tropeiros e comerciantes.

Em meados do século XIX a cidade de São Paulo possuía em torno de vinte mil moradores e congregava a produção de alimentos e animais em seus arredores e vilas próximas, constituindo um importante centro abastecedor para a Corte. A capital paulistana até meados do século XIX não possuía energia elétrica e, juntamente com as poucas linhas de bondes puxadas a burros e as ferrovias, as distâncias eram vencidas por muares ou a pé. O centro da cidade era composto por algumas poucas ruas, “edifícios públicos acanhados, uma humilde catedral, alguns mosteiros”.¹

Analisando a planta da cidade de São Paulo elaborada pelo memorialista Afonso Antonio de Freitas, a partir de referências de vários cronistas e outras plantas, visualizamos uma grande concentração de sítios e chácaras na vizinhança do núcleo central de São Paulo. As áreas localizadas às margens dos rios Anhangabaú, Bexiga e Saracura constituíam uma região de ocupação muito antiga, tradicionalmente ligada ao abastecimento de gêneros alimentícios, especialmente de carne e seus derivados: aí existiam invernadas e currais, o Matadouro Público, depósitos de chifres e de couro e o curtume de J. A. Coelho, por exemplo. Eram também

¹ *Nosso Século*. São Paulo, Abril Cultural, 1985. 1900-1910, vol. 2, p. 27.

regiões de pastagens onde se concentravam os pousos destinados aos tropeiros que se dirigiam à cidade, sobretudo na região do Piques (hoje Ladeira da Memória), ponto de confluência das diversas estradas que ligavam as regiões fornecedoras de alimentos à São Paulo (Consolação, as duas estradas que cortavam a Bela Vista em direção à Santo Amaro, a estrada que ia em direção a Santos). Destaca-se ainda que, nessa região localizavam-se os mais importantes pontos de abastecimento de água da cidade: o Tanque Reúno, formado pelas águas do ribeirão Saracura, os de Santa Tereza e do Matadouro.²

Alguns limites da cidade eram definidos por antigas propriedades rurais como a chácara do Miguel Carlos, ao norte da cidade, próxima a Estação da Luz, região onde também se localizavam as chácaras do Bom Retiro e do Campo Redondo. Na Zona Oeste eram bastante conhecidas as chácaras de Martinho da Silva Prado, situadas ao lado da rua da Consolação; do Senador Queiróz, que ficava nas imediações da atual Biblioteca Mário de Andrade e a do General Arouche, onde se desenvolvia uma extensa cultura de chá, havendo inclusive forno para o preparo das ervas. A forma de alienação dessa propriedade confirma uma tendência bastante comum às transformações pelas quais passaram as áreas de lavoura no final do século XIX — os loteamentos:

A sede da chácara, situada à Rua Santa Izabel, em meados do século, passou a ser residência do Dr. Rego Freitas. Seus herdeiros, em fins do século XIX venderam a chácara a um consórcio que promoveu o arruamento e loteamento do que viria a ser a Vila Buarque.

² A reconstituição da cidade de São Paulo no século XIX foi feita com base em BUENO, Francisco de Assis Vieira. *A cidade de São Paulo: recordações evocadas da memória – notícias históricas*. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1976; BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1954, p. 205 e TOLEDO, Benedito Lima de. *São Paulo: três cidades em um século*. São Paulo: Duas Cidades, 1983, p. 67-96 e 145-161.

Em 1905, o bairro estava extensamente construído, tomado por residências de notável homogeneidade. As casas eram, no geral, térreas, geminadas, com porão e construídas no alinhamento da rua.³

Outra região com grande concentração de espaços rurais ficava ao longo do Rio Tamanduateí, em direção ao sul. Até a retificação do seu leito, iniciada nas últimas décadas do XIX, diversas chácaras serviam-se de suas águas como a chácara D. Ana Machado, bastante próxima à rua Tabatinguera e a poucas quadras da Igreja da Sé. Ligando-se também ao rio, ficava a chácara do Ozório, em área que hoje constitui parte do bairro da Moóca. Além desses espaços, boa parte do distrito Sul da Sé constituía-se de glebas, como a chácara da Glória, no Cambuci e a do Cônego Fidelis, onde corria o Rio Lavapés.

Se prestarmos atenção no mapa, podemos observar ainda outros elementos constituintes marcantes na paisagem da cidade como um significativo número de rios e córregos, pontes e pousos de tropeiros, como a ponte do Lorena, sobre o rio Anhangabaú, que conduzia ao Bexiga; as pontes da Tabatinguera, do Ferrão, do Meio, do Carmo e a da Constituição, ao longo do rio Tamanduateí, além de outras menores. Estrategicamente localizados às margens de estradas e rios ficavam os pousos para tropeiros como nas proximidades das chácaras do Bexiga, do Fidélis, mais ao sul, ou para além da Luz, ao norte da cidade.

Às margens do Tamanduateí, no trecho conhecido como *As Sete Voltas*, foi construído o primeiro mercado da cidade, próximo à Ladeira Porto Geral, antigo porto muito usado pelos pequenos lavradores dos arredores que traziam produtos comercializáveis. Uma cidade cortada por riachos e rios, separada por várzeas alagáveis, colinas e espigões, São Paulo não era ainda uma grande cidade, “mas um amontoado de pequenas cidades construídas

³ TOLEDO, Benedito Lima de. *São Paulo: três cidades em um século*, op. cit., p. 88.

uma ao lado da outra e uma dentro da outra”⁴.

Na confluência desse ‘amontoado de pequenas cidades’ a Várzea do Carmo constituía-se como um centro de convergência de tropeiros, caipiras e comerciantes, em função da proximidade do rio Tamanduateí, e do *Mercado dos Caipiras* onde trabalhadores pobres da cidade, comerciantes e produtores, conhecidos como os ‘caipiras’ da cidade, vendiam alimentos e mercadorias que conseguiam obter. Nas suas imediações estacionavam viajantes e tropeiros que chegavam à cidade e se destinavam ao mercado, além de inúmeras mulheres que, à beira do Tamanduateí, trabalhavam como lavadeiras. Tudo isso, configurava a Várzea como um território popular e fundamental para a sobrevivência, sobretudo para os trabalhadores de origem nacional.

A Várzea era, também, o ponto inicial dos caminhos para Santos, Luz, N. S. do Ó e Sorocaba, lugares tradicionalmente ligados ao abastecimento de alimentos. Ao longo desses caminhos distribuía-se um amplo número de chácaras, campos, sítios, quintais e habitações da população pobre entremeadas aos sobrados abastados, numa cidade onde as distinções sociais ainda não estavam definidas espacialmente. Não é mero acaso que a Várzea do Carmo tenha sido, desde o século XIX, alvo de preocupação da prefeitura durante sucessivas administrações, devido às cheias do rio Tamanduateí e às constantes inundações que ocorriam nessa região.

Pensar sobre sítios, chácaras, quintais, várzeas e alagadiços localizados ao redor do centro de São Paulo, remete-nos a uma reflexão sobre a participação desses espaços na configuração sócio-econômica da cidade. Propriedades como a chacara do Ferão, estabelecida na região da Várzea, sediavam ranchos para pouso de tropeiros, onde convergiam inúmeros lavradores e comerciantes vindos de áreas rurais mais distantes alcançando, a partir deste ponto, o mercado municipal. Algumas áreas de cultivo

⁴ Cf. WARTEGG, Hesse, viajante alemão. In: *Nosso Século*, op. cit., 1900/1910, vol. 2, p. 29.

eram, simplesmente, moradias com grandes quintais, onde se mantinham pomares, hortas e plantações diversas, como a chácara D. Oliva, espremida entre a Ladeira do Carmo e o Solar da Marquesa de Santos.

Na chácara do Barão da Limeira, limitada a oeste pelo caminho para Santo Amaro e a leste pelo Vale do Anhangabaú, onde hoje está a Rua 23 de Maio, funcionavam depósitos de chifres. No bairro da Liberdade, bem próximo ao centro de São Paulo, ficava o Matadouro Municipal, ao lado do qual se mantinham cerca de quatro chácaras de amplos alqueires e no Vale do Anhangabaú, ao longo do ribeirão, eram cultivadas diversas espécies de hortaliças e frutas até a segunda década do século XX.

Comentando sobre a presença marcante das chácaras na cidade, Benedito Toledo de Lima destaca um dos seus aspectos:

Apesar do nome, essas propriedades, que chegaram até o nosso século, não tinham preponderantemente funções agrárias; eram, antes, moradias desafogadas e implantadas em meio a pomares e denso arvoredo. Uma forma de viver, nem urbana, nem rural, ou conciliadora de ambas.⁵

Na visão de Toledo, o uso residencial das chácaras e sítios constituía o caráter fundamental desses espaços, onde as atividades de produção agrícola são encaradas como práticas complementares aos modos de vida e à subsistência dos moradores, configurando uma São Paulo onde as áreas urbanizadas ainda não tinham força para sobrepor-se às áreas rurais, nem sequer distinguindo-se delas. Entretanto, esse modelo limita-se às propriedades de algumas famílias mais abastadas, deixando de abordar as inúmeras áreas de lavoura verificadas neste trabalho.

O olhar de Toledo e de outros memorialistas que preservaram apenas as memórias das mais abastadas famílias paulistanas, não

⁵ TOLEDO, Benedito Lima de. *São Paulo: três cidades em um século*. São Paulo: Duas Cidades, 1983, p. 13.

dão conta de que existiam muitas outras formas de utilização das chácaras e de outras propriedades rurais. O próprio uso do termo 'chácara' remete à múltiplas experiências sociais que incluem áreas de cultivo agrícola, produção de alimentos e animais, coleta de frutas, pescaria, transporte e comércio de gêneros alimentícios e outras vivências de trabalhadores nacionais, brancos pobres, mestiços, caipiras e negros na cidade.

Essa configuração geográfica e social com uma composição indistinta entre o urbano e o rural passou, nas últimas décadas do século XIX, por grandes modificações. Entre elas, destacam-se os loteamentos e conseqüente surgimento de novos bairros. Segundo Benedito Lima de Toledo⁶, os mapas produzidos no final do XIX sempre dão a impressão de estar inacabados, construídos desse modo porque a área mais próxima ao centro já estava loteada e arruada, de onde saíam longos caminhos que deram origem a outros loteamentos, deixando entre si largos espaços vazios. Verificando os mapas desse período, notamos que as lacunas territoriais mencionadas por Toledo são compostas por terrenos baixos e alagadiços, chácaras e sítios, alguns dos quais continuaram sendo utilizados para cultivo até os anos 20.

Entremeados por inúmeras chácaras, surgiam, na primeira década do século XX, ao sul, os bairros da Liberdade e Vila Mariana na direção de Santo Amaro. Os campos do Bexiga, entre 1880 e 1890, foram ocupados pelo bairro da Bela Vista e o bairro da Consolação surgiu no caminho para Pinheiros. Para oeste, Santa Ifigênia, Campos Elíseos e Barra Funda, enquanto a Vila Buarque ainda começava a despontar.

Na direção Leste, separados pela Várzea do Tamanduateí, ao redor das estações da ferrovia Central do Brasil e em terrenos de várzeas a baixo preço, foram sendo loteados e formados lentamente os primeiros bairros operários como o Brás, Belenzinho, Mooca, Luz e Bom Retiro. O Pari já estava unido ao Brás e a Avenida Rangel Pestana unia o centro a esse bairro, terminando

⁶ TOLEDO, Benedito Lima de. op. cit., p. 68.

no Largo da Concórdia e estendendo-se pela Av. da Intendência até a Penha.

Ao norte, para além do bairro da Luz, a Avenida Tiradentes alcançava a margem do Rio Tietê e colocava a cidade em contato com a região da Cantareira, através de Santana. Já arruados, mas distantes, surgiam os bairros do Ipiranga e Vila Prudente. Entretanto, grandes espaços vazios continuavam a existir, separando zonas densamente ocupadas em plena cidade. Assim acontecia no início da rua Augusta e vizinhanças: no trecho entre as ruas Santo Amaro e Frei Caneca; entre a Avenida Brigadeiro Luís Antônio e a Liberdade, como também no Cambuci. Esses lugares correspondiam a áreas de topografia irregular, onde se localizavam as cabeceiras de ribeirões e afluentes da margem esquerda do rio Tamanduateí (rio Lavapés, ribeirão Anhangabaú e córrego Saracura).⁷

Conforme pudemos observar nas imagens e análises aqui apresentadas, até o final do século XIX, a cidade de São Paulo passa por um período em que o esforço de urbanização da cidade debate-se, incessantemente, com regiões de várzea, terrenos, chácaras, alagadiços e áreas inundáveis. Promovendo a construção de pontes, aterros, viadutos, retificações e canalizações de rios, as administrações municipais buscavam aproximar e unir os bairros até então isolados uns dos outros pela topografia irregular da cidade. Um bom exemplo disso é a construção do viaduto do Chá, em 1892, viabilizando a ligação entre o centro velho de São Paulo e a “cidade nova” formada pelos bairros da Consolação, Vila Buarque, Campos Elíseos, Higienópolis, Avenida Paulista, etc. A construção do Viaduto do Chá é, ainda, exemplar das disputas entre concepções diferentes de cidade: apesar de aprovada em 1877 ela só foi concluída em 1892, porque, entre outros obstáculos, precisou vencer a resistência da Baronesa de Itapetininga contra a desapropriação de suas terras no Vale do Anhangabaú.

⁷ Conforme PETRONE, Pasquale. A cidade de São Paulo no século XX. *Revista de História*, São Paulo, 1955, v. 10, números 21-22, p. 136-139.

No início do século XX a cidade de São Paulo torna-se alvo dos investimentos de cafeicultores, banqueiros e comerciantes que viam no espaço urbano uma página em branco para seus projetos de urbanização, objeto de especulação imobiliária e fonte de rendas. Aliando idealizações culturais, em que tinham como modelo as grandes e “civilizadas” cidades européias, as elites procuravam intervir na ocupação urbana por meio do poder público, utilizando a legislação e a máquina administrativa na tentativa de apropriação das ruas, terrenos, casas e espaços públicos onde vivia e trabalhava a população pobre.⁸

Reformas urbanas e fiscalização sanitária foram alguns dos instrumentos da elite paulistana para apropriar-se de maneira lucrativa dos espaços onde vivia e circulava a população pobre, expulsando os trabalhadores para os bairros mais longínquos, o que incluía o desaparecimento de algumas áreas de cultivo existentes próximas à área central da capital.

No relatório do prefeito Raymundo Duprat, apresentado à Câmara Municipal, em 1911, encontramos argumentações que procuravam justificar a escolha do projeto do engenheiro francês Bouvard para a reforma da cidade de São Paulo — a construção de parques no Vale Anhangabaú e na Várzea do Carmo, prolongamento das ruas Dom José de Barros, alargamento das ruas Libero Badaró, Formosa e São João —, em detrimento de outros projetos aprovados ainda na gestão Antonio Prado. As propostas de “melhoramentos” para a capital são esboçadas neste documento em

⁸ O Serviço Sanitário Estadual foi amplamente utilizado pela prefeitura para eliminar os espaços que considerava indesejáveis. Em São Paulo, a delegação intitulada Intendência de Justiça, Polícia e Higiene se voltava para a fiscalização de casas de comércio, mercados, matadouros, fábricas, asilos, quartéis e maternidades. A partir de 1895, as atenções municipais se voltaram para o combate aos ajuntamentos de pessoas em espaços restritos e legalizava o direito de extinção de quaisquer habitações populares, sobrados, cortiços, terrenos ou casas de comércio, sob a alegação de insalubridade. BLOUNT III, John Allen. A administração da Saúde Pública no Estado de São Paulo: O Serviço Sanitário, 1892-1918. *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, v.12, nº42, dez de 1972.

que percebemos a participação de grandes capitalistas e membros da elite econômica com interesses claramente voltados para a apropriação dos espaços urbanos e redefinição dos seus usos e funções:

Propunha o referido grupo a obter uma ‘concessão’ para, por si, empresa ou companhia, construir nesta capital três largas e extensas avenidas, com todos os melhoramentos modernos, a exemplo do que se tem feito nas grandes e mais adiantadas cidades. (...). Tais avenidas cortar-se-iam formando no local do cruzamento uma grande praça, cujo centro ficaria destinado a nele ser oportunamente erigido um majestoso monumento alusivo à cidade e ao Estado de São Paulo’. Para levar a cabo o programa exposto pediam os signatários vários favores, além de outros, quanto às desapropriações, garantia de juros para o capital empregado e isenção de direitos de importação para os materiais.⁹

Pretendendo “redesenhar” a cidade, cobram do poder público o direito de desapropriação por meio do qual poderiam deslocar os territórios de populares para áreas mais distantes. Além disso, exigiam outras regalias que tornavam seus investimentos seguros e extremamente lucrativos, arrancando dos cofres públicos grandes somas de dinheiro para suas empresas.

Na primeira década do século XX, os boatos de que o centro passaria por uma grande e custosa reforma serviram de justificativa para alavancar os preços dos aluguéis, movimentando um verdadeiro êxodo do centro para os bairros populares distantes, como o Belenzinho, Tatuapé, Penha, Santana, Lapa, Ipiranga, entre outros. Essa foi a primeira investida das elites para eliminar os cortiços, casebres, sobrados, terrenos e chácaras onde moravam e trabalhavam os populares, retirando-os da região central, numa verdadeira operação de “limpeza”.

⁹ DUPRAT, Raymundo. *Relatório de 1911 — apresentado à Câmara Municipal de São Paulo*. São Paulo: Casa Vanorden, 1912, p. 5-6.

Em seguida, a efetivação das reformas urbanísticas por meio de desapropriações, demolições, alargamento de ruas e calçamentos procurava moldar uma cidade ideal, determinando funções para cada espaço¹⁰. No centro estariam as atividades financeiras e comerciais, nos bairros altos residiriam as famílias abastadas, primeiro em Campos Elíseos, depois Higienópolis, Pacaembu até chegar à Avenida Paulista.

Resistindo como área de pastagens, de estacionamento de animais, de comércio e de lavagem de roupas, sujeita a inundações freqüentes até a retificação do rio Tamanduateí, no final dos anos 20, a urbanização completa da Várzea do Carmo só se concretizou no início da década de 30 com um novo traçado de ruas, pavimentação e uma arborização planejada, quando passou a ser chamada de Parque D. Pedro II. As intervenções nesse espaço, embelezado pelo calçamento regular e transformado em lugar de passeio, inviabilizou o uso da margem do rio como parada de comerciantes que vinham ao *Mercado 25 de Março*, redefinindo-se o uso dessa área.

Outros lugares também passaram por intervenções como as ruas Quintino Bocaiúva, Benjamim Constant, Senador Feijó, Libero Badaró e São João. Nessa última localizava-se o *Mercado de São João*, o segundo mais freqüentado da cidade que, atingido pelas reformas urbanas, entre os anos de 1915-1916, foi deslocado para debaixo do viaduto Santa Ifigênia.

Inicia-se o alargamento da Avenida São João, pela demolição, na Praça Antonio Prado, da Confeitaria Castelões e da chapelaria Alberto. Encontra o Mercadinho e derruba-o, e, ao sair do Largo Paissandu, deixa em pé, por longo tempo, o primeiro prédio do lado par.¹¹

¹⁰ ROLNIK, Raquel. *Cada um no seu lugar! (São Paulo, início da industrialização: geografia do poder)*. Dissertação de Mestrado apresentada à FAU – USP, 1993 pp. 140-143.

¹¹ AMERICANO, *São Paulo nesse tempo: 1915-1935*. São Paulo: Melhoramentos, 1962, p. 20.

Uma análise das ações de prefeitos como Antonio Prado, Raymundo Duprat e Washington Luís, a partir dos seus relatórios anuais, permite verificar que seus interesses voltavam-se para obras de embelezamento da cidade, com alargamento de ruas, construção de praças, parques e investimentos vultuosos, como a edificação do Teatro Municipal. Pouca ou nenhuma atenção voltaram para as necessidades da população trabalhadora, avolumando-se cada vez mais nos bairros populares, vivendo com poucos recursos, enfrentando problemas de transporte, falta de alimentos e aluguéis cada vez mais altos.

O urbanismo paulistano, propondo grandes intervenções no espaço da cidade, idealizava não somente o embelezamento paisagístico, mas também o deslocamento dos grupos populares que resistiam em permanecer nas áreas centrais para as regiões menos valorizadas, próximas às linhas férreas, onde se instalavam as fábricas e a população operária.

No contexto das reformas urbanas das décadas de 1890 a 1910, novas remodelações ocorreriam: com o alargamento das ruas da Esperança, Capitão Salomão, São Gonçalo, Líbero Badaró e dos largos da Sé e do Rosário, transformada na praça Antônio Prado, antigas e pequenas moradias desapareceram e seus habitantes foram deslocados para outros pontos da cidade, quase sempre nas regiões pantanosas e de várzea, onde se formavam os bairros populares: no Brás, Moóca, Bom Retiro, Belenzinho, Barra Funda, Água Branca, Lapa, entre outros.

A maioria desses lugares se ligava ao núcleo central da cidade unicamente pela via férrea e, no começo do século XX, somente os bairros mais próximos ao centro, como o Brás e a Luz, contavam com redes de esgoto e serviços de bonde. Apesar dessas mazelas, o valor dos aluguéis aumentava continuamente, dificultando a subsistência das famílias de trabalhadores, junto com outro sintoma de crise que marcou a transição para o século XX: o encarecimento dos gêneros de primeira necessidade. Os alargamentos de ruas, construções de praças, parques e edifícios públicos, desapropriações e calçamentos atingiram diretamente os pequenos produtores de gêneros de subsistência que viviam dentro

da cidade, engolindo boa parte dos terrenos, quintais e chácaras onde cultivavam pomares, hortas e criavam animais comercializados nos mercados da cidade.

Apesar dessas transformações que começavam a marcar a paisagem urbana no final do século XIX, os relatos de viajantes, as crônicas e memórias sobre o cotidiano da população apontam para a permanência de hábitos e costumes considerados provincianos e até coloniais. Chamam a atenção nesses relatos alguns aspectos da ocupação da cidade como as inúmeras chácaras que ainda mantinham plantações e criação de animais, a existência de poucos edifícios dignos de registro, as ruas e caminhos estreitos e sem calçamento e a realização de transportes em carros de boi, carroças, cavalos, bondes puxados a burros, etc.

Entre os anos finais do século XIX e as duas primeiras décadas do XX alguns relatos e fotografias compõem uma imagem de cidade marcada por um crescimento rápido, mas desordenado, o que criava formas diferenciadas de ocupação dos espaços, alternando áreas densamente ocupadas por moradias, oficinas e chácaras com outras onde predominavam os descampados, matas, várzeas e beiras de rios que ofereciam condições para a sobrevivência de grande parcela da população pobre, não havendo ainda distinção clara entre o urbano e o rural.

As margens do Tietê eram sombreadas por frondosas árvores (...). Os córregos que nele deságuam, principalmente o Tatuapé, também nos apresentavam rica fauna ictiológica. Mais acima para os lados da Penha, o rio absorvia o Aricanduva. Era comum verem-se negras, quase nuas, saias sungadas, com uma bolsa de pano a tiracolo e peneira na mão, mariscando pela vegetação ribeirinha, apanhando peixes de toda sorte (...). A peneira era usada, outrossim, para a pesca de camarões, quando chegava o tempo da vazante (...).¹²

Até mesmo em regiões muito próximas ao núcleo central da

¹² PENTEADO, Jacob, op. cit., p. 163.

cidade — como o bairro do Bexiga, o Anhangabaú e a Várzea do Carmo — lavava-se roupa, cortava-se lenha, plantavam-se hortas, pescava-se, colhiam-se ervas e outros produtos que depois seriam vendidos pelas ruas e nos mercados populares existentes em torno do largo da Sé e na Várzea do Carmo. A memória de antigos moradores nos permite aproximar um pouco mais dessa São Paulo:

“No tempo anterior à primeira guerra, a cidade era diferente. (...) Pinheiros era um matagal, agora é centro. Lapa é centro. Até Penha é centro. Entre o centro e Pinheiros havia uma estrada de terra, com chácaras à margem, portugueses plantando. A Vila Mariana era toda chácaras de portugueses plantando suas hortaliças.¹³

Outro indício dessas permanências pode ser acompanhado no encaminhamento da questão das terras devolutas ainda existentes na capital até meados dos anos 1910. Procurando realizar um levantamento sobre as terras devolutas existentes no Estado de São Paulo, foram formadas cinco comissões encarregadas de as discriminar e medir. Nesse documento são especificados os lugares onde havia terras não registradas pelo Estado, inclusive na cidade de São Paulo:

Na Comarca da capital ficaram discriminados os terrenos situados na 5ª e 6ª parada da Estrada de Ferro Central do Brasil. (...). A discriminação das terras devolutas nos lugares denominados Saúde, Matadouro, Cupecê e Ipiranga, no Município da Capital, correm conforme termos legais.¹⁴

O mapeamento das áreas consideradas devolutas na capital

¹³ Lembranças do Sr. Antônio. In: BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade*. Lembrança de velhos. São Paulo, T.A. Queiroz, 1983, p. 176.

¹⁴ Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. *Relatório Apresentado ao Sr. Carlos Augusto P. Guimarães*, vice-presidente do Estado em exercício, pelo Dr. Paulo de Barros, Secretário do Estado, 1912-1913. São Paulo, Typ. Brasil de Rothschild, 1914, p. 165.

identificou desde terrenos situados próximos ao centro como a Moóca e imediações da Paulista, até espaços localizados em bairros situados nos perímetros suburbano e rural:

Compareceram 466 interessados, que exibiram uns, os seus documentos legais, requerendo outros a justificação de posse dos terrenos que ocupavam sem título. (...) À vista do grande número de interessados, compreendidos dentro dessa zona, e que ocupam pequenas posses, torna-se indispensável dividir o perímetro em três partes, para poder formar, de cada uma, uma planta em separado (...) permitindo a indicação dessas pequenas posses.¹⁵

De acordo com o relatório, cerca de 466 indivíduos procuraram as autoridades para confirmar a posse de seus terrenos, enquanto muitos outros desejavam legalizar a posse das terras onde viviam. O que ressalta nesse processo é a referência ao grande número de interessados na área paulistana devido ao aumento do valor desses terrenos no início do século XX. É possível que, entre os indivíduos que procuraram a Comissão, houvesse trabalhadores que, habitando sítios e chácaras considerados devolutos, procuravam legalizar seus espaços de cultivo e moradia.

Além dos projetos de loteamento, as regularizações e expropriações de terrenos levadas a cabo pelo poder público e as reformas urbanísticas da capital interferiram na manutenção de lavouras próximas ao centro. Nesse processo, algumas atividades vão sendo deslocadas para regiões no entorno da cidade. Primeiro, do centro para as áreas pantanosas e de várzea, depois para espaços mais distantes, como São Bernardo, Mogi das Cruzes, Parnaíba, Santana, Guarulhos (Nossa Senhora da Conceição de Guarulhos), Nossa Senhora do Ó, Mairiporã (Juqueri) entre outras localidades que, desde o século XVII, eram núcleos fornecedores de alimentos para São Paulo.

A partir das indicações sobre os lugares de origem dos co-

¹⁵ Ibidem, p. 165.

merciantes das áreas rurais presentes nos relatos de cronistas, memorialistas e documentos administrativos¹⁶, identificamos alguns caminhos habitualmente utilizados por tropeiros e viajantes para o comércio de alimentos. A maioria desses trajetos existia desde o século XVIII, interligando antigas freguesias paulistas e paulistas à cidade de São Paulo, onde existiam lavouras que produziam cereais, verduras e legumes, além da criação de animais de corte. Nazaré, Mogi das Cruzes, Santa Izabel, Arujá, Poá, Guarulhos, Juqueri, Cotia, Jundiá e Parnaíba eram algumas das localidades dentre muitas outras que produziam para o abastecimento de São Paulo. Constantemente percorridos por tropeiros com mulas, carroças e carros de boi, alguns percursos eram bastante difíceis, levando em conta os inúmeros problemas do transporte com animais e as distâncias que, em algumas situações, podiam durar dias:

- São Paulo-Nazaré-Santa Izabel: Uma estrada saía daquela que ia para o Rio de Janeiro na altura da Penha de França. No interior dos limites da capital e até a junção com o caminho do Rio de Janeiro essa estrada contava 24 Km;
- São Paulo – Atibaia: 42 Km;
- São Paulo – Nossa Senhora do Ó: 12 Km (...);
- São Paulo – Santo Amaro: 9 Km¹⁷

Refletindo sobre o significado das distâncias apresentadas, levamos em consideração o percurso realizado no lombo de animais, os esforços na condução dos muares carregados de sacos e volumes de mercadorias, bem como as dificuldades enfrentadas

¹⁶ Fundo: Prefeitura do Município de São Paulo. Grupo: Secretaria Geral. Série Fiscalização, 1906-1907/ Série: Administração, sub-série: Mercados, matadouros, cemitérios, 1906-1912.

¹⁷ MARCÍLIO, Maria Luíza. *A cidade de São Paulo: Povoamento e População (1750-1850)*. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1973, p. 51. Os dados apresentados pela autora dizem respeito à distância entre a capital e os núcleos de população vizinhos.

em terrenos acidentados e possíveis problemas com as carroças e instrumentos de tração. Os trajetos realizados, por tropeiros, de Santo Amaro e de N.S. do Ó até São Paulo eram relativamente curtos, percorrendo-se 9 e 12 Km em aproximadamente um dia, mesmo que se tratassem de numerosas cargas.

Da mesma forma, Santana, Itaquera, Penha, Cotia, Itapeceira e Guarulhos formavam zonas de produção onde os lavradores tinham condições mais favoráveis ao transporte de alimentos para São Paulo, realizando viagens que duravam em média de dois dias ou mais. Quanto as localidades de Nazaré, Santa Isabel, Atibaia e Mogi das Cruzes, observamos que os trajetos eram mais longos, sendo necessários mais de dois dias de viagem. Levando em conta que o transporte por muares algumas vezes poderia se tornar oneroso, acreditamos que as áreas de produção mais distantes de São Paulo tendiam a utilizar com mais frequência a linha férrea, enquanto que os produtores e comerciantes, cujos trajetos com tropas duravam cerca de um dia, continuaram utilizando essa forma de transporte por mais tempo.

De acordo com Azevedo, o aumento dos impostos territoriais nos anos 20 dificultava a preservação de espaços semi-rurais dentro da área urbana de São Paulo, obrigando proprietários de terrenos, grandes quintais e pequenas chácaras a se localizarem mais distante da cidade. Azevedo menciona o caso de alguns chacareiros portugueses, que abandonaram ou deslocaram suas chácaras nos bairros populares em função do avanço da ocupação urbana, sendo pressionados à mudança pelo encarecimento dos impostos territoriais que a urbanização trazia consigo. Esse fato, tem ainda a importância de revelar a presença de pequenos produtores rurais de origem estrangeira nos arredores de São Paulo, no caso os portugueses:

(...) os novos arruamentos e a necessidade de aproveitar o mais possível o espaço urbano ocasionaram o deslocamento de numerosas chácaras de flores ou de legumes, até então localizadas em plena cidade. Tais fatos começaram a registrar-se a partir de 1920, principalmente, quando muitos chacareiros portugueses, em gran-

de maioria, transferiram suas atividades para a área suburbana, deixando suas chácaras localizadas na Água Branca, em Vila Pompéia, na Lapa, no Tatuapé, na Penha, no Itaim-Bibi, em Santana, na casa Verde, etc.¹⁸

As chácaras a que Azevedo se refere na citação acima estavam dentro da cidade, nos bairros populares habitados por operários e outros trabalhadores de origens nacional e estrangeira. A presença de áreas de cultivo em plena década de vinte aponta para a resistência de formas de sobrevivência ligadas ao aproveitamento da terra, praticadas por estrangeiros. Os portugueses que Azevedo descreve poderiam ser imigrantes que, ao aportar no Brasil, investiram seus esforços em lavouras, produzindo para si e para a venda de excedentes, como faziam muitos trabalhadores nacionais. Essa prática, certamente, era muito comum entre imigrantes de outras nacionalidades, principalmente entre italianos, cuja origem agrária lhes favorecia com conhecimentos de plantio e cuidados com a terra.

O geógrafo brasileiro Pasquale Petrone, escrevendo na segunda metade do século XX, identifica uma área de produção agrícola em torno de São Paulo à qual dá o nome de “cinturão caipira”. Tratando desses espaços Petrone relaciona a ausência de investimentos agrícolas e industriais nos arredores de São Paulo em função do modo como as comunidades de lavradores aí instaladas utilizavam a terra. A permanência de determinados elementos do modo de vida das comunidades de roceiros — como a *coivara*, prática de limpeza do solo utilizada desde o período colonial, em que se realiza a queimada de uma determinada área para fins de plantio aproveitando a vegetação destruída como adubo —, é apontada pelo autor como responsável pelo empobrecimento do solo e subdesenvolvimento dessas áreas. Sua análise vai mais longe ao responsabilizar pequenos chacareiros e lavrado-

¹⁸ AZEVEDO, Aroldo de. *A cidade de São Paulo – Estudos de geografia urbana: os subúrbios paulistanos*. v. IV. São Paulo: Nacional, 1958, p. 9.

res, vivendo em economia de subsistência, pelo não aproveitamento lucrativo das áreas próximas à capital:

A antigüidade do povoamento no Planalto Paulistano, com uma utilização do espaço fundamentada em sistemas e técnicas que levam ao depauperamento do solo, as condições peculiares da área, com características particulares e solos naturalmente pobres, somados aos fatos relativos ao cinturão de terras dos aldeamentos, contribuem para explicar porque, nos arredores de São Paulo não se definiram formas de organização do espaço fundamentadas em atividades comerciais rentáveis e que, inevitavelmente, iriam influir no desaparecimento dos traços de cultura caipira aí enraizados. Daí decorre que a presença do citado cinturão de terra dos aldeamentos deve ser correlacionada com a permanência, praticamente até os dias atuais, de um cinturão caipira em torno de São Paulo.¹⁹

Nesse sentido, a memória construída sobre essa região que a análise de Petrone reforça e alimenta “desqualifica o modo de vida das populações rurais paulistas, defendendo a utilização do espaço para fins lucrativos, lamentando que a apropriação capitalista de terrenos, chácaras e sítios não atingisse ainda essa região, pois no seu entendimento, a posse da terra por “homens de negócio” seria sinônimo de “desenvolvimento” para essas áreas. Por meio de um mapa elaborado por Petrone, que ele nomeia ‘Cinturão Caipira de São Paulo’ é possível visualizar as principais áreas de concentração de lavouras, onde viviam os trabalhadores livres envolvidos com a produção e a comercialização de gêneros alimentícios na cidade:

¹⁹ PETRONE, Pasquale. “Os aldeamentos Paulistas e sua função na valorização da Região Paulistana”. Tese de Livre Docência apresentada como candidato à cadeira de Geografia Humana, na FFLCH – USP, em 1964. In: LEMOS, Amália Inês Geraiges de; FRANÇA, Maria Cecília. *Itaquera – História dos Bairros de São Paulo*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1999, p. 38-39.

Uma comparação entre o mapa elaborado por Afonso Antonio de Freitas (Cidade de São Paulo: 1870-1874) e esse organizado por Petrone permite visualizar não só “bairros rurais” de São Paulo como Pinheiros, Santo Amaro, São Miguel e Guaianazes, por exemplo, mas também os municípios de Cotia, Parnaíba, Mairiporã, Bom Sucesso, São Bernardo e Diadema, Itaquaquecetuba e Itapeverica da Serra, caracterizando uma identidade rural voltada para a produção de alimentos até os anos 60 do século XX. É interessante notar que alguns caminhos, pontilhados no mapa de Petrone, ligando bairros e municípios produtores à capital, convergem para

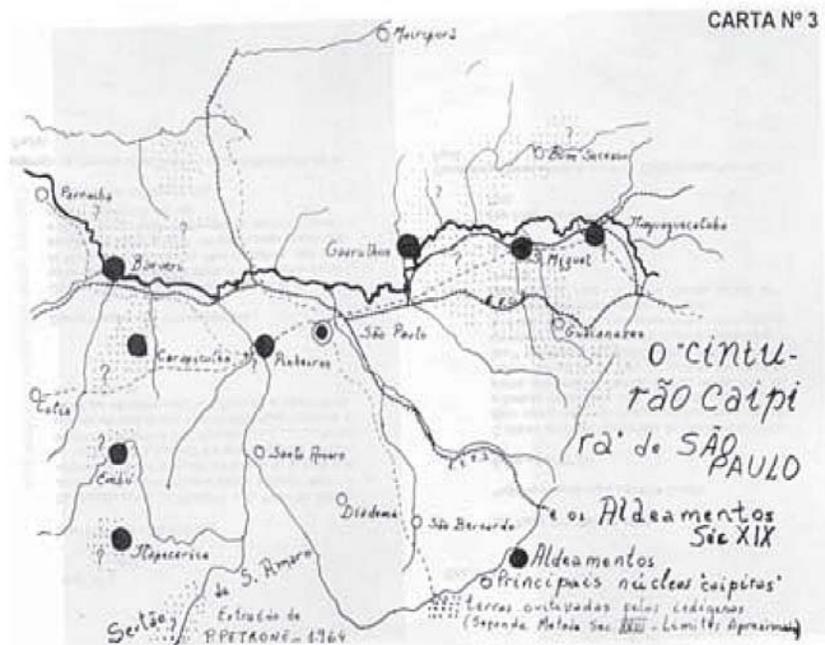


FIGURA 2. O Mapa organizado por Pasquale Petrone destaca o “cinturão caipira” em torno de São Paulo, identifica aldeamentos indígenas existentes no século XVIII e os principais núcleos produtores de alimentos no século XX. Reproduzido de: PETRONE, Pasquale. *Os aldeamentos Paulistas e sua função na valorização da Região Paulistana*.

alguns pontos comuns: como o trajeto feito de Parnaíba até São Paulo, bem como de Cotia para a capital, ambos atravessando a região de Pinheiros. Esse dado pode ter relação com a edificação do *Mercado Rural de Pinheiros*, em 1910, por se tratar de um local de confluência de tropeiros e viajantes com mercadorias, cuja edificação destinava-se à venda de gêneros alimentícios, animais de corte, terras e materiais para construção como madeiras, lenha, areia, pedregulho e instrumentos agrícolas.

Se a historiografia sobre a cidade de São Paulo enfatizou a emergência de um cenário de embelezamento da capital, com alargamento de ruas, construção de praças, grandes prédios e belas fachadas, outros indícios revelam uma heterogeneidade de espaços em que conviviam diferentes práticas sociais e referências culturais, como o modo de vida de pequenos lavradores, carroceiros e lenheiros, expresso em atividades de comércio, na sobrevivência como trabalhadores autônomos e nas particularidades de sua sobrevivência.

O comércio de lenha em domicílio marcava o cotidiano da cidade com o barulho das carroças e nos pregões que anunciavam mercadorias. Os carroceiros vendiam lenha em maior quantidade e, geralmente, por preços mais baratos que aquela vendida em estabelecimentos fixos. Essa atividade necessitava quase sempre do lenheiro, que poderia ser uma criança ou adulto morador da cidade. Nessas funções empregavam-se muitos trabalhadores pobres que buscavam sua sobrevivência em expedientes desse tipo, casuais e de pouca renda, contudo, formas de ganho possíveis em São Paulo.

Investigando a preservação de núcleos de produção rural na primeira metade do século XX, o geógrafo Aroldo de Azevedo comenta sobre a existência de pequenas propriedades em localidades mais distantes da área urbana da capital:

Em Itapecerica da Serra, apenas 9% do território municipal é cultivado, predominando os sítios de recreio, as culturas do tipo caipira e, principalmente, as atividades ligadas à exploração das matas e capoeiras (extração de madeiras e lenha, fabricação de carvão).

Já na região de Cotia o caso é bem outro, pois nada menos de 50% da área municipal são ocupados por atividades agropecuárias, graças às suas variadas culturas, à avicultura e às granjas destinadas à produção de leite (...).

Muitos fatores concorreram para que a região em estudo fosse dominada pela vida agrícola. Além das condições naturais, até certo ponto favoráveis, cumpre salientar, desde logo, a presença de um insaciável mercado consumidor — o da capital paulista, a qual essa área suburbana se vê ligada por boas estradas de rodagem, em muitos trechos inteiramente asfaltadas.²⁰

Embora a pesquisa de Azevedo remeta aos anos 40 e 50, sabemos que Cotia e Itapeverica da Serra estavam há muito tempo envolvidas com o abastecimento de São Paulo. Azevedo, ao tratar das formas de agricultura dessas localidades, compara os modos de cultivo aí praticados com as técnicas desenvolvidas em algumas lavouras cuidadas por comunidades de japoneses:

O caipira não sabe aproveitar convenientemente o solo, nem consegue auferir lucros com o que produz. Alega com frequência que a terra não presta ou está cansada, mesmo quando, ao lado, exista uma bem organizada e próspera comunidade de japoneses. Via de regra, suas lavouras não chagam para atender às necessidades da própria subsistência; em canteiros assimétricos e desalinhados, plantam pequena roça de milho, exíguo mandiocal, umas poucas verduras e flores; no mais apenas algumas laranjeiras, limoeiros e bananeiras.

Sua técnica de cultivo é praticamente inexistente, pois, em regra, não emprega adubos, não utiliza o arado, desconhece remédios contra pragas, não se preocupa em selecionar as sementes. Quando muito, pratica a rega.²¹

²⁰ AZEVEDO, Aroldo de. *A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana. Vol II, Os subúrbios paulistanos*. São Paulo: Nacional, 1958, p. 122-123.

²¹ AZEVEDO, Aroldo de. *A cidade de São Paulo – Estudos de Geografia Urbana. Vol II, Os subúrbios paulistanos*. São Paulo: Nacional, 1958, p. 122-123.

Na descrição acima, Azevedo constrói a idéia de uma marcante inferioridade das lavouras de tipo “caipira”. Acentuando a meticulosidade do trabalho dos japoneses e suas técnicas mais aperfeiçoadas, seu discurso fez-se num tom de desqualificação dos lavradores de origem nacional, criticando diretamente a precariedade de seus meios de cultivo. Nesse mesmo trabalho consta uma referência à região de Itaquera, localidade situada dentro do município paulistano que, apesar de desempenhar uma função predominantemente residencial, possuía grande número de chacareiros e sitiantes que se deslocavam para a capital a fim de vender seus produtos. É importante constatar o uso das linhas férreas para o deslocamento e transporte das mercadorias, um benefício concedido pela prefeitura aos chacareiros e sitiantes que portassem cargas, já que nessas condições estavam dispensados dos ingressos para utilização dos trens.

A maioria da população concentrada em Itaquera trabalha na capital ou para ela se dirige a fim de vender seus produtos. Daí o movimento de sua pequenina estação, por onde transitam em média 8000 passageiros em cada dia da semana, salvo aos domingos e feriados, quando esta cifra cai para 3000.²²

A partir das indicações sobre o caráter do comércio de gêneros praticado pelos moradores das áreas rurais, percebemos que até os anos 30 havia certo equilíbrio nas relações entre a capital e as chácaras de lavoura de que dependia para o suprimento de gêneros. A autonomia dos trabalhadores rurais de origem nacional começa a ser ameaçada pela concorrência estrangeira e pelo próprio desenvolvimento da capital ao intensificar a comunicação com outras áreas produtoras.

No início do século XX podem-se acompanhar iniciativas e esforços diferenciados que procuraram apresentar a produção e comercialização de alimentos sob outras perspectivas visando,

²² Idem p. 157.

provavelmente, dinamizar esses setores. A revista *Chácaras e Quintaes*, lançada em São Paulo em 1909, é uma dessas experiências. Ilustrada, com muita publicidade de arados, semeadeiras, pulverizadores, lojas de sementes e equipamentos, a revista voltava-se preferencialmente para assuntos como horticultura, laticínios, criação de animais e “todos os interesses da pequena propriedade agrícola”.²³

Procurando oferecer esclarecimentos e respostas a consultas por correspondência, a revista difundia uma nova proposta para o homem do campo — aberto às novidades técnicas e à informação. Acompanhando suas publicações podemos verificar transformações na localização e tipo de produção desenvolvida em chácaras na cidade de São Paulo. Já no número de estréia, uma longa reportagem ilustrada sobre o cultivo de uvas cita a Chácara Marengo, premiada em exposições, com cerca de 45 mil metros de videiras plantadas em antigos terrenos devolutos, na Sexta Parada (do trem para a Penha), no bairro da Mooca. Seu proprietário, Francisco Marengo, após cercar, aproximadamente, dois hectares com arame, deu início à plantação de frutas diversas como: ameixas, maçãs, pêras, cerejas, damasco, entre outras, além de produzir mudas de todas as espécies cultivadas. Outras áreas dedicadas ao cultivo de uvas localizavam-se no Alto da Moóca, em propriedade de Amador Cunha Bueno, na Vila Cordélia e no sítio Pirituba, de propriedade de José Pereira Barreto; também na chácara de dona Veridiana Parado e na chácara do Sr. Cristiano Vianna.

Outra trajetória bem sucedida apresentada pela revista é a experiência do Sr. Pedro Nunes, “um português rude e simpático” que veio para o Brasil há doze anos trazendo como “único capital a sua boa vontade e sua ciência dos campos” e “algumas sementes daqueles morangos brancos de Portugal”. Uma vez em São Paulo deu início à primeira plantação de morangos da cidade que,

²³ Conforme encarte avulso para assinaturas no número de ensaio de *Chácaras e Quintaes*. Conselhos práticos para todos. São Paulo, 15 de outubro de 1909.

vendidos nos mercados públicos ao longo de alguns anos, propiciou condições para aquisição de uma imensa área em Perdizes (na rua Homem de Melo, n.100) onde se dedicava, em 1910, ao plantio de morangos e feijões.

Afirmando que o morango era uma das frutas mais procuradas nos mercados e calculando que em um hectare podia-se colher, anualmente, 15 mil quilos de morangos “que na pior das hipóteses, em São Paulo, onde a produção é maior, não se vendem a menos de 1 mil réis o quilo”, a revista oferecia aos leitores modelos a serem seguidos por agricultores-empresários. A matéria ainda chama a atenção dos interessados em fornecer a fruta às grandes cidades, aconselhando que o plantio fosse realizado nas vizinhanças, como fez o Sr. Pedro Nunes, “cuja chácara dista do mercado (...) um quarto de hora de bonde”.²⁴

A despeito das impressões e imagens sobre São Paulo na transição e no início do século XX, carregadas do sentido de urbanidade, de modernização e de positividade focada na presença dos trabalhadores estrangeiros, encontramos outros sentidos, vivências e territórios que constituíam a cidade, como chácaras, sítios, terrenos, margens dos rios, córregos, pastagens, entre outros espaços onde era possível plantar, pescar, coletar raízes e sementes, criar pequenos animais, etc.

Os altos índices de crescimento demográfico no período estudado²⁵ associados às sucessivas crises de carestia de alimentos enfrentadas por imigrantes e nacionais nos permitem enxergar a coexistência das áreas de lavoura, de produção e comércio de gêneros alimentícios, criação de animais e transporte de mercadorias com outros espaços da cidade onde se instalavam as casas de comércio, os grandes edifícios públicos, praças remodeladas, aterros e calçamentos que se intensificaram em seguidos projetos de “urbanização”.

²⁴ “HORTICULTURA – Cultivemos os morangos”. *Chácaras e Quintaes*, São Paulo, abril de 1910, n. 4, pp. 7-15.

²⁵ Os dados oficiais registram 31.385 habitantes em 1872, crescendo para 64.934, em 1890, 239.820, em 1900 e contabilizando 579.033 já em 1920.

As diferentes formas de viver na cidade tiveram na distinção campo — cidade alinhamentos quase obrigatórios do ponto de vista dos interesses de investidores e gestores da administração pública, entretanto, o que se verifica não é predominância do estranhamento, mas a convergência de necessidades e entre os trabalhadores da cidade, verificáveis na demanda por alimentos mais baratos, no comércio popular de gêneros de primeira necessidade realizado nos mercados públicos, ruas e feiras-livres, ao mesmo tempo em que se intensificavam as políticas para remodelação dos espaços e as normas de fiscalização para os comércio de alimentos.²⁶

A localização de sítios, chácaras e espaços não urbanizados em São Paulo procura mostrar o grande número de lavouras em atividade até meados dos anos vinte, em que se pode verificar certo equilíbrio nas relações entre a capital e as áreas produtoras das quais dependia para o suprimento de gêneros. Campos e cidades ainda estavam bem próximos, ainda que em processo de diferenciação crescente.

²⁶ MANZONI, Francis Marcio Alves. *Os trabalhadores 'caipiras' em mercados e feiras-livres: São Paulo (1867-1914)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de São Paulo, Assis – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2004.